

ESCRavidÃO RURAL NO FINAL DA REPÚBLICA ROMANA: A *DE RE RUSTICA* DE VARRÃO

*José Ernesto Moura Knust**

RESUMO

Nas considerações sobre os trabalhadores presentes no tratado De Re Rustica (Sobre as coisas do campo), escrito pelo erudito romano Marcos Terêncio Varrão no final do século I a.C., duas preocupações são centrais: a importância da autoridade dos escravos escolhidos para posições de chefia e a necessidade de o proprietário promover certas atitudes entre seus escravos que lhes serão benéficas. Pretendemos analisar tais preocupações a partir de sua contextualização histórica, mas também com o recurso à história comparada da escravidão romana com a escravidão americana (no nosso caso, principalmente a brasileira).

PALAVRAS-CHAVE: *Controle Escravista. Escravidão Romana. Escravidão Rural. Marcos Terêncio Varrão.*

INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 50 e 30 do século I a.C., Marcos Terêncio Varrão, famoso erudito italiano, escreveu um tratado sobre as coisas do campo, sua *De Re Rustica*, dividida em três livros. Dedicava o livro I à agricultura, o II ao pastoreio e o III à *pastio uillatica* (termo que engloba a criação de diversos pequenos animais na sede da propriedade).

Diversas passagens desta obra discorrem sobre a mão-de-obra. No livro I, o capítulo 17 identifica o que Varrão chama de “instrumentos vocais”: os trabalhadores; o capítulo 18 trata do número destes trabalhadores necessários para o cultivo de uma propriedade. No livro II, o capítulo 10 trata dos pastores.

* Mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: zeknust@yahoo.com.br.

Ademais, alguns capítulos que se dedicam a outros temas contêm passagens pontuais sobre a mão-de-obra. Esta fonte nos fornece, portanto, uma excelente oportunidade para o estudo do trabalho rural na Itália antiga.

Porém, seria equivocado acreditar que o texto de Varrão descreve fielmente a realidade rural italiana e, a partir dele, tentar coletar dados objetivos acerca da organização do trabalho rural, pois este tratado (assim como seus congêneres, de Catão e de Columella) não reflete a diversidade das formas de exploração da terra na Itália e, muitas vezes, apresenta um caráter mais prescritivo do que descritivo da realidade. Melhor abordagem, portanto, será a busca por elementos conceituais e preocupações fundamentais no texto de Varrão e a interpretação destes dados à luz de seu contexto histórico.

Faremos isto, neste trabalho, com o auxílio de uma proposta metodológica que não chega a ser inovadora, mas se mostra com grande potencial: a utilização da história comparada da escravidão romana com a escravidão americana (no nosso caso, principalmente a brasileira). Consideramos esta abordagem frutífera ao seguirmos o conceito de sociedade escravista proposto por Moses Finley, a saber, uma sociedade na qual os escravos “proviam a maior parte da renda imediata obtida com o direito de propriedade pelas elites econômicas, sociais e políticas” (FINLEY, 1991, p. 84), e por acreditar que este conceito aplica-se tanto para as sociedades da América que praticavam a escravidão quanto para a Itália Romana entre o final da República e início do Império. Ao considerarmos que tais sociedades podem ser analisadas dentro de um mesmo conceito de “sociedades escravistas”, não pretendemos afirmar que estas sejam similares em sua essência. Queremos apenas afirmar que conheceram situações históricas comparáveis e, portanto, podemos nos utilizar das reflexões historiográficas sobre um caso (a escravidão moderna) para refinarmos nossas reflexões sobre outro (a escravidão antiga).

Ao iniciar nossa busca pelos conceitos e preocupações fundamentais acerca da organização da força de trabalho no texto de Varrão, percebemos rapidamente que a apreciação deste objeto estrutura-se em torno de dois pontos centrais: a importância da autoridade daqueles escravos escolhidos para posições de chefia e a necessidade de o proprietário promover certas atitudes entre seus escravos que lhes serão benéficas. Serão, portanto, estes nossos temas centrais.

ESCRAVOS EM POSIÇÃO DE CHEFIA

Os termos que designam os escravos em posição de chefia são *uilicus*, *magister pecoris* e *praefectus*. O *uilicus* era geralmente um escravo de confiança do proprietário designado para a administração de uma *uilla*, sendo o *magister pecoris* seu correspondente na atividade pecuária, como explicita Varrão (1.2.13-14).

Sobre o termo *praefectus*, central na segunda metade do capítulo 17, não podemos afirmar nada com grande precisão, pois Varrão não dá maiores detalhes sobre eles (MARTIN, 1974, p. 278). Talvez pudéssemos aproximar tais *praefectus* com os *monitores*, ou *magistri* de que fala Columella, que são escravos encarregados de chefiar os grupos de até dez escravos, quantitativo que, ele acredita, deveria nortear a divisão dos cativos para o trabalho (Columella, *De Re Rustica*). W. D. Hooper, tradutor da conceituada edição da Harvard University Press, faz uma interpretação próxima a esta, ao traduzir *praefactus* por *foreman*, enquanto traduz *uilicus* por *overseer* (in CATO; VARRO, 1935). Porém, acreditamos que a melhor hipótese é a de que o termo *praefectus* designe genericamente homens colocados em postos de chefia, desde a mais alta posição, o *uilicus*, até os escravos colocados para chefiar a operação de um determinado trabalho agrícola. Esta interpretação é próxima à feita por Matheus Trevizam ao traduzir *praefectus* por “aqueles que lideram” e *uilicus* por “administrador” (TREVIZAM, 2006).

Por sua vez, chama a atenção o fato de, ao falar destes chefes, Varrão não explicitar as funções desempenhadas por eles, os tipos e formas de trabalho, nem suas obrigações quanto à produção em si. As atenções se voltam para as características que deveriam possuir aqueles que fossem escolhidos para exercer a chefia e para os meios de conquistar a satisfação dos escravos, especialmente destes chefes. Discutiremos esta questão da conquista da satisfação a seguir; foquemos por enquanto as características necessárias aos chefes, presentes nas passagens abaixo:

É preciso que haja os que liderem, saibam ler e escrever, tenham alguma instrução, sejam ajuizados e mais velhos do que os trabalhadores que mencionei. Pois julgo que mais facilmente dão ouvidos a esses do que aos mais jovens. Além disso, é muito importante que liderem os que são experientes na agricultura; devem não apenas mandar, mas fazer, para que sirvam de exemplo e se evidencie que lideram merecidamente, pois se sobressaem pelo saber. Não se deve ainda permitir que exerçam sua autoridade de modo a controlá-los mais com pancadas do que com

palavras se desse modo for possível obter o mesmo resultado. Também não se deve ter muitos escravos da mesma nação, pois isso é o principal motivo para que haja desavenças na sede. Deve-se cuidar de que os chefes (*praefectus*) fiquem mais satisfeitos ganhando um pecúlio e de que disponham de um pequeno rebanho e de esposas que também sejam escravas e lhes dêem filhos. Pois assim se esforçam e se ligam mais à propriedade (1.17.4-5).

Todos eles devem estar sob um pastor-chefe (*magister pecoris*), que deve ser, se possível, mais velho que o restante, assim como mais experiente, pois os outros estarão mais dispostos a receber ordens de alguém que os supere em idade e conhecimento. Porém, ele não deve ser tão velho que não possa fazer o trabalho pesado. Por que nem velhos nem garotos conseguem encarar facilmente os sofrimentos das trilhas e a aspereza das montanhas – encontradas por aqueles que seguem o rebanho, principalmente de cabras, que gostam de rochedos e madeira para pastar. Os homens escolhidos para este trabalho devem ser fortes, velozes, dinâmicos, com membros flexíveis. Homens que não só possam seguir o rebanho, mas protegê-lo das feras e dos ladrões; alguém que possa descarregar os animais e arremessar a lança (2.10.2-3).

Podemos, a partir destas duas passagens, elencar as características necessárias para os chefes na visão de Varrão: saber ler e escrever; ter alguma instrução; ser ajuizado; ser mais velho que aqueles que liderará; ser experiente na agricultura; ser moderado nos castigos; estar apto ao trabalho.

Acreditamos que as preocupações que regem a escolha de tais características necessárias aos líderes podem ser enquadradas em uma simples tipologia: quanto à produtividade, quanto à fidelidade ao senhor e quanto à autoridade; em outras palavras, o senhor precisa que a liderança: a) estimule o serviço produtivo; b) seja-lhe confiável, isto é, fiel; c) seja efetiva, isto é que os subordinados aceitem e respeitem a liderança.

A preocupação que parece estar menos presente é a relativa à produtividade, e isto ganha importância ao percebermos que, em diversas passagens da obra, Varrão demonstra preocupações com a rentabilidade e produtividade da uilla. No quarto capítulo e no início do sétimo, Varrão apresenta uma concepção de rentabilidade associada com preocupações estéticas, mas nas quais é a primeira que predomina:

os agricultores devem guiar-se para duas metas, a utilidade e o prazer. A utilidade busca o lucro e o prazer o deleite; o que é útil tem mais importância do que o que deleita. Além disso, o que torna um campo

mais belo pelo cultivo geralmente não só o torna por si mesmo mais rendoso (como quando se plantam arvoredos e olivais em fileiras), mas também mais fácil de vender e valoriza uma propriedade. Pois todo homem prefere pagar mais pelo que traz o mesmo proveito e é mais bonito do que pelo que é rendoso e feio (1.4).

Já em passagens do segundo, décimo primeiro e décimo sexto capítulos, Varrão indica variáveis que podem prejudicar enormemente tal produtividade, tal rentabilidade, como, por exemplo, problemas na localização das terras ou na construção de seus edifícios, que poderiam condenar uma propriedade ao abandono. A partir disso, pode-se dizer que há um conceito de rentabilidade muito bem definido no texto (TOZZI, 1968, p. 234).

Porém, esta preocupação com a rentabilidade, tão forte nessas passagens, está ausente no momento de reflexão sobre as características dos chefes, e tal ausência é importante para a compreensão destes trechos em análise. Na passagem que parece demonstrar maior preocupação com trabalho em si, quando Varrão afirma que aqueles escolhidos para a função de *magister pecoris* devem estar aptos ao trabalho, este trabalho aparece apenas como um fator que constringe determinadas características na abordagem do *magister pecoris* – isto por que a dureza do trabalho impede que se designe para esta função pastores muito velhos. Existe apenas uma preocupação implícita que pode ser inferida da necessidade de chefes experientes em suas áreas de atuação (agricultura ou pastoreio): a de que estes sejam exemplo no serviço, melhorando, desta forma, a produtividade dos trabalhadores.

Quanto à questão da fidelidade dos chefes, podemos começar apontando que escravos letrados, instruídos, são obviamente escravos de *status* social superior à maioria de seus companheiros de cativeiro. Portanto, eles têm maior acesso às vias legítimas de ascensão social da sociedade escravista (concessões de privilégios pelo senhor, sendo a manumissão o maior deles). Este maior acesso à mobilidade social torna as vias da insurgência e insubordinação menos atraentes, pois demasiadamente perigosas. Desta forma, esses escravos tornam-se depositários de maior confiança de seus senhores, e por isso são eles que vão controlar a massa de escravos que não têm acesso a tais concessões e que por isso podem ver na resistência e/ou insurgência uma opção para melhorar suas condições de vida.

Outra característica necessária aos chefes, da qual se infere a preocupação com a fidelidade de tais líderes, é serem “ajuizados”: em uma sociedade

escravista, ser um “escravo ajuizado” significa ser um “escravo fiel”, respeitar as ordens de seu senhor e trabalhar em seu benefício.

A preocupação com a fidelidade da liderança, porém, fica explícita no final do trecho, quando Varrão demonstra preocupação com a satisfação dos chefes. Aconselha-se a concessão de pecúlio e esposa para que os chefes estejam satisfeitos e se liguem à propriedade (discutiremos mais detalhadamente este modelo de incentivos mais à frente).

Porém, o ponto realmente recorrente parece ser a questão da autoridade desses chefes sobre o restante dos escravos. É preciso que a escravaria dê ouvidos a tais chefes; é preciso que os cativos pensem que seus chefes os lideram merecidamente.

Na análise de Varrão, três características da liderança aparecem como importantes para a aceitação e respeito dos subordinados:

1. Conhecimento; isto inclui conhecimento das letras, alguma instrução e experiência na agricultura.
2. Idade superior; isto é, quando possível, os líderes deveriam ser mais velhos que os subordinados, pois assim conseguiriam que estes lhes “dessem ouvidos”.
3. Moderação; o senhor devia evitar que tais líderes exercessem sua autoridade de modo violento, desde que um modo não-violento pudesse obter o mesmo resultado (note-se que Varrão não recrimina o castigo corporal, apenas acredita que se o resultado obtido for o mesmo, na repreensão de uma falta ou na exigência de uma obrigação deve-se optar pelas palavras).

Qual seria a razão para esta preocupação central com a autoridade dos chefes? Por que, para Varrão, a tríade conceitual idade superior/conhecimento/moderação legitimaria a autoridade daqueles escravos escolhidos para serem chefes sobre os demais? Através da inserção destas idéias no contexto sócio-político, ideológico e econômico do último século da Roma republicana, poderemos obter algumas respostas.

Certamente, a centralidade atribuída aos chefes no tratado está primeiramente relacionada com a própria ótica patriarcal romana. Cabe lembrar que Varrão era um ardoroso tradicionalista, e a figura do *pater familia* estava no

centro do ideário do *mos maiorum*, o costume dos antepassados tão defendido por tal tradicionalismo. Dentro de uma mentalidade patriarcal, a autoridade da chefia é um ponto fundamental. Ademais, no momento em que Varrão escreveu sua *De Re Rustica* a questão da autoridade era central nas transformações ideológicas que sacudiam a República Romana (WALACE-HADRILL, 1997, p. 11).

Porém, não podemos achar que a importância dada à autoridade é simplesmente fruto da mentalidade patriarcal na qual Varrão está inserido. Dois outros fatores históricos são também importantes para entendermos tal ênfase: o crescimento do absenteísmo dos proprietários e as guerras servis.

A expansão imperial romana foi seguida por um grande afluxo de riquezas provinciais para o centro do poder. As elites romanas em primeiro lugar, mas também as itálicas, foram as maiores beneficiárias deste enriquecimento imperial, e boa parte desta riqueza foi investida em terras (HOPKINS, 1978, p. 46). Essa concentração fundiária nas mãos da elite causou um aumento do número de campos cultivados sem a presença de seus senhores por dois motivos: primeiro, a elite romana precisava viver na cidade de Roma se almejasse uma vida pública ativa – e tal vida pública era cada vez mais interessante não só para questões de *status* como também para novas possibilidades de enriquecimento – e conseqüentemente não podia residir em suas propriedades agrícolas; além disso, mesmo aqueles que residiam no campo muitas vezes possuíam propriedades em diferentes regiões da Itália ou nas províncias, o que os impossibilitava de estar em todas as suas terras ao mesmo tempo (MAROTI, 1976, p. 110).

Fazia-se necessário, portanto, um administrador para as propriedades do senhor absenteísta. A importância que tais administradores terão para a economia dessas propriedades é gritante e, portanto, nada mais esperado do que o cuidado, percebido no texto varroniano, com a escolha do escravo que desempenhará tal função.

Porém, esta análise do papel dos chefes apenas como “substitutos” do proprietário ausente nos parece incoerente com a percepção de que o ponto mais reforçado por Varrão é o da autoridade de tais chefes sobre seus subordinados. Se a importância do chefe fosse seu papel como substituto do proprietário ausente dois pontos por nós ressaltados apareceriam de maneira diferente no texto. Primeiro, o aspecto central de preocupação de Varrão deveria ser a submissão desses chefes aos interesses do proprietário (isto é,

a questão central seria a que em nossa tipologia chamamos de preocupação com a fidelidade dos chefes). Segundo, a exposição estaria mais centrada na figura do *villicus* e não dos chefes em geral, como dá a entender o uso do termo *praefectus* por Varrão.

Desta forma, o fato de a questão da autoridade desses chefes sobre seus subordinados ser a central para Varrão nos faz procurar por outros papéis que tais chefes desempenham no sistema escravista e outras preocupações que o autor pudesse ter em mente. Em tal reflexão, o apelo às pesquisas sobre o escravismo moderno pode ser de veras útil. A historiadora Silvia Hunold Lara faz uma interessante análise da figura do feitor, figura comparável aos chefes de que estamos falando, mesmo que em realidade diversa:

o feitor não só se constituía na figura da violência mas também na do regulador do trabalho no interior das unidades produtivas. [...] Entre o senhor e o escravo havia, pois, um intermediário que efetivamente exercia o castigo e que supervisionava a produção, cotidianamente, em nome do senhor.

[...] A delegação do poder do senhor ao feitor possibilitava ao primeiro um afastamento do exercício direto da violência; ao mesmo tempo, porém, não atenuava seu poderio, que permaneceria resguardado e reativado pela possibilidade de recurso e apelação diante dos eventuais “excessos” cometidos pelo feitor.

O feitor era, portanto, um elemento de mediação na relação entre senhores e escravos. Uma mediação necessária, porque garantia o exercício da violência e ordenava o trabalho e permitia ao senhor manter-se numa posição relativamente distanciada do excesso de violência. Distanciamento aparente, pois todo castigo era ministrado em nome do senhor, a partir de uma delegação, de uma distribuição de seu poder (LARA, 1988, p. 166).

Os chefes com que Varrão tanto se preocupa poderiam exercer função de intermediação semelhante a que os feitores dos engenhos analisados por Silvia Lara exerciam? Não parece haver motivo para duvidar disso. E haveria razões para Varrão estar tão preocupado com o poder de intermediação que tais chefes exerciam entre senhores e escravos? Certamente. Vejamos o porquê.

Foi muito forte entre a elite romana a idéia, de influência estoíca, de que a motivação das revoltas servis havia sido o modo injurioso com que os escravos eram tratados por seus senhores. A análise de Diodoro da Sicília a respeito da primeira revolta siciliana é paradigmática:

Os escravos estavam exauridos com a penúria que tinham que suportar, e humilhados pelas surras que muitas vezes eram inteiramente sem justificativa. Não podiam aguentar mais. Reuniam-se quando tinham oportunidade e falavam em revoltar-se e por fim colocaram seu plano em prática (Diodoro, *Biblioteca Histórica* 34/35.2.4).

Eis aqui um homem [Damófilo] que era completamente mal educado, de posse de poder sem responsabilidade junto com uma imensa riqueza, e primeiro tornou-o enfadonho, depois fê-lo comportar-se com insolência em relação aos outros, e por fim destruiu-o e trouxe desastres horríveis ao seu país. Ele comprou um grande número de escravos a quem tratava de modo humilhante [...]. Devido ao seu caráter obstinado e selvagem, não havia um único dia em que esse mesmo Damófilo não torturasse alguns de seus escravos sem uma causa justa. Sua esposa Matallis tinha igual prazer nesses castigos insolentes [...] (Diodoro, *Biblioteca Histórica* 34/35.2.35-37).

Os escravos rebeldes estavam furiosos com toda família de seus amos; sua insolência e desejo de vingança eram implacáveis; contudo estava claro que não era devido a qualquer selvageria natural, mas devido à humilhação que tinham suportado anteriormente para castigá-los (Diodoro, *Biblioteca Histórica* 34/35.2.40).

Se existia um sentimento entre a elite romana influenciada pelo estoicismo de que o tratamento rude dispensado pelos senhores aos seus escravos era motivo para as grandes guerras servis, a intermediação permitida pelos chefes escravos poderia ser vista como um meio de diminuir a violência direta entre senhor e escravo. Portanto, além da própria preocupação natural com a autoridade, presente em uma mentalidade tão afetada pelo patriarcalismo, e da necessidade de fazer tal autoridade dos chefes ser efetiva para o bom andamento da produção agro-pastoril, a questão da autoridade é fundamental para Varrão porque era necessário evitar novas rebeliões servis como as ocorridas na Sicília e no sul da Itália.

Compreendida a ênfase na questão da autoridade dos chefes, cabe agora tentarmos compreender a tríade conceitual idade superior/conhecimento/moderação que, para Varrão, justificaria a autoridade destes chefes frente seus subordinados.

Ainda dentro daquele contexto de preocupações causadas pelas guerras servis, podemos analisar o último dos elementos desta tríade. Obviamente o conselho por moderação reflete uma preocupação cara ao estoicismo de

repressão das paixões, pois estas seriam o contrário do que liga o homem à sua essência perfeita na natureza, o *lógos* (GAZZOLA, 1999, p. 135). A exacerbação do castigo é, portanto, uma falha na conduta estoíca por contrariar o *lógos*. Porém, não é apenas uma questão moral que se afirma. Esta seria uma maneira de se evitar insurgências dos subordinados. Volta-se ao ponto da opinião, corrente na elite romana influenciada pelo estoicismo, de que as rebeliões escravas foram causadas pelos maus-tratos impostos pelos senhores aos escravos. Acreditamos não ser gratuita a menção aos problemas gerados pela concentração de escravos de mesma origem: se esta concentração geraria problemas, a recorrência do castigo corporal também causaria – e por isso tais castigos deveriam ser evitados quando o mesmo resultado (a repreensão de uma falta ou a exigência de uma obrigação) pudesse ser alcançado através das palavras.

O conhecimento aparece como um elemento fundamental para a autoridade dos chefes sobre seus subordinados. Este conhecimento necessário a tais chefes pode ser dividido em dois tipos: o conhecimento das técnicas produtivas, advinda da experiência na agricultura, e o conhecimento das letras e alguma instrução.

A valorização do conhecimento, principalmente no que tange ao segundo tipo, pode ser, a princípio, relacionada com a própria biografia de Varrão. Homem extremamente erudito, ele deveu muito de sua ascensão social e seu *status* a tal erudição, e nada mais natural que tivesse viva a valorização do saber como um importante elemento em suas concepções sobre as mais diversas realidades. Esta interpretação ganha força ao compararmos esta ênfase na instrução dos chefes, em Varrão, com a desconfiança com que Columella via o conhecimento das letras pelo *nilicus* (MARTIN, 1974, p. 274-275). Porém, a questão ultrapassa esta perspectiva. Como já apontamos, o conhecimento das letras pelo *nilicus* é de fundamental importância para o controle à distância do senhor absentéista sobre suas terras. É desta forma que ele não só toma conhecimento do que se passa como também ordena as medidas que lhe parecem necessárias sem a necessidade de se fazer presente na propriedade.

Porém, a questão do conhecimento enquanto fonte de autoridade dos chefes perante seus subordinados está muito mais ligada ao primeiro tipo de conhecimento, isto é, a experiência no trabalho agrícola. Varrão acredita que os escravos reconhecerão o mérito do escravo-chefe caso ele mostre maior conhecimento nos trabalhos realizados.

Por fim, falta-nos pensar na preferência de Varrão por chefes que sejam mais velhos do que aqueles que eles chefiam. Dentro de uma sociedade tão permeada por valores patriarcais, não é surpreendente uma valorização da sabedoria e experiência garantida pela idade mais avançada, porém, acreditamos que se deve ir além disto para realmente compreender essa preferência. Escravos mais idosos são, provavelmente na maioria dos casos, escravos com mais tempo de cativo, e disto podemos derivar duas idéias.

Primeiro, o texto deixa explícita uma crença em que os escravos dão mais ouvidos a escravos mais velhos, e não vemos motivos para pensar que isto é apenas fruto de uma visão patriarcal do autor. Escravos com mais tempo de cativo tinham mais e melhores condições de exercer dentro da escravaria uma posição de destaque – e sendo assim, a escolha deles para cargos de chefia era interessante para o senhor, pois maiores eram as chances de que a autoridade concedida a tal escravo fosse realmente efetiva perante o restante dos escravos. Além disso, o próprio sistema de valores dos povos dos quais os escravos se originavam poderiam ter como elemento fundamental de hierarquia a questão da idade (acredito que este aspecto tenha um peso muito grande, mas como não temos acesso ao pensamento dos escravos romanos em si, apenas ao pensamento da elite escravista, ficamos praticamente cegos para tal realidade).

Em segundo lugar, é provável que escravos com mais tempo de cativo estivessem mais próximos das vias legítimas de ascensão social acessíveis a um escravo em uma sociedade escravista, o que – como já apontamos ao tratar dos escravos letrados – diminuía imensamente a atração pela insurgência e insubordinação. Isto torna estes escravos mais velhos melhores depositários da confiança do senhor do que escravos com menos tempo de cativo.

POSTURAS A SEREM ESTIMULADAS ENTRE OS ESCRAVOS

Após tecer as considerações sobre as características necessárias aos chefes escravos, analisadas na seção anterior, Varrão demonstra uma séria preocupação, no restante do capítulo 17, quanto ao tratamento a ser dispensado aos escravos:

Deve-se cuidar de que os chefes fiquem mais satisfeitos ganhando um pecúlio e de que disponham de um pequeno rebanho e de esposas que também sejam escravas e lhes dêem filhos. Pois assim se esforcem e se

ligam mais à propriedade. Por tais parentescos, os escravos do Epiro são mais afamados e caros. A boa vontade dos chefes deve ser conquistada tratando-os com alguma consideração; quanto aos trabalhadores que se destacarem dos demais, também se deve consultá-los a respeito do trabalho a fazer: quando isso acontece, pensam que são menos desprezados e que são tratados com alguma estima pelo senhor. Eles se tornam mais aplicados aos trabalhos se os tratares com maior generosidade, dando-lhes mais alimento, vestes, descanso ou fazendo concessões, como permitir que apascentem um pequeno rebanho seu na propriedade ou algo semelhante. Tendo-se ordenado a eles algo mais pesado ou castigado de algum modo, restaura-se sua boa vontade e lealdade ao senhor consolando com tais benefícios (1.17.5-7).

Percebemos uma preocupação com a garantia de certos incentivos tanto materiais (generosidade nos alimentos e vestimentas, garantia de um pecúlio) como “psicológicos” (generosidade nos descansos, tratamento com consideração) para a manutenção da satisfação e boa vontade dos escravos. Porém, os escravos não são tratados homogeneamente, existindo uma distinção entre chefes e o restante da escravaria.

Referindo-se aos chefes (*praefectus*), as recompensas incentivadoras aparecem como necessárias para garantir que estes estejam satisfeitos (*alacriores*) e que se tornem mais firmes (*firmiores*)¹ e ligados à terra (*coniunctiores fundo*), assim como também para conquistar sua boa vontade (*uoluntate*). As recompensas sugeridas são um pecúlio e um pequeno rebanho, além de uma esposa também escrava que lhe dê filhos, e de um tratamento com consideração.

Um tratamento com aparente consideração e menor desprezo deve ser garantido àqueles que se destacarem dos demais. Aparentemente se referindo aos trabalhadores de uma forma geral (e não apenas a estes que mais se destacam), Varrão afirma que eles se tornam mais aplicados/zelosos ao trabalho (*studiosiores ad opus*) e garante-se a restituição de sua boa vontade (*uoluntate*) e lealdade ao senhor (*beneuolentia in domino*) tratando-os com maior generosidade (*liberalis tractando*) com relação aos alimentos, vestimentas e descanso, ou lhes garantindo um pequeno rebanho.

Mas esse não é o único momento em que tal tipo de preocupação surge. Em um capítulo dedicado aos instrumentos semi-vocais, isto é, os animais de tração, Varrão afirma que:

¹ Matheus Trevizam opta por traduzir o termo *firmus* pela idéia de “esforço”, como pode ser visto na citação no início deste trabalho, porém acreditamos que a tradução mais literal por “firmes” abarca melhor certas particularidades, como veremos a seguir.

nesse tipo semivocálico, devem-se incluir apenas os animais que servirem para cultivar o campo e os poucos que em geral os escravos devem possuir como pecúlio, para que possam manter-se com mais facilidade e ser diligentes. Desses animais, não só os que têm pastagens preferem ter ovelhas a porcos por causa do esterco, mas também os que têm por outros motivos além das pastagens (1.19.3).

Assim, os escravos (*mancipia*) – em geral, aqui não há divisão entre chefes e o restante – devem receber um pecúlio em forma de alguns animais, normalmente ovelhas, mas talvez porcos também (a referência a eles não deve ser gratuita, isto é, apesar de a maioria preferir ovelhas alguns deveriam ter porcos), para que possam se manter com mais facilidade (*facilius se tueri*) e se mostrem mais diligentes (*assiduua esse possint*).

O fato de tal preocupação surgir em um momento no qual a escravaria não está sendo analisada pelo autor é sinal de sua relevância. Além disso, esta passagem é bastante curiosa por dois motivos: primeiro, ela se encontra no final de um capítulo que trata todo ele sobre o número de bois necessários à plantação, e repentinamente Varrão nos apresenta esta afirmação citada; segundo, Varrão aponta como instrumentos semi-vocais ovelhas e porcos sob pecúlio dos escravos. Isto é surpreendente ao lembrarmos que estes animais, quando posse do senhor, não são considerados instrumentos semi-vocais, pois não se tira proveito deles para o cultivo da terra (e por isso, a eles são dedicados os capítulos 2 e 4 do livro II, e nenhum no livro I). Desta forma, para Varrão, ovelhas e porcos só são instrumentos semi-vocais, só fazem parte da agricultura (distinguida rigidamente do pastoreio no capítulo 2 do livro 1) quando em posse dos escravos – pois tais animais tornam os escravos mais diligentes e facilita sua manutenção, o que certamente é proveitoso para o cultivo da *uilla*.

No capítulo dedicado aos pastores, no segundo livro, essa preocupação volta a surgir:

no caso daqueles que mantêm o rebanho nas montanhas e florestas e não na vila, e que se abrigam da chuva não no telhado da fazenda, mas em uma cabana improvisada, muitos pensam que é aconselhável mandar uma mulher acompanhá-lo, preparar comida para ele e fazê-lo mais diligente (2.10.6).

Novamente aparece a preocupação com o trabalho diligente (*assidue*) e com a manutenção do trabalhador, no caso através da presença de uma companheira que prepare alimentos para ele. O trabalhador aqui não é mais

o chefe – no caso dos pastores o *magister pecoris* – mas também não são os trabalhadores em geral, se tratando de um grupo específico, aqueles “pastores” que não trabalham diariamente na *uilla*, fazendo a criação por transumância.

A partir dessas disposições de Varrão, identificamos uma preocupação em incutir entre os escravos determinados sentimentos, que dividiremos em dois tipos básicos: disposição e zelo com o trabalho; e lealdade para com o senhor. Vejamos a presença desses sentimentos que Varrão acha necessário buscar promover entre os escravos.

Primeiro, entre os chefes:

Satisfação (*Alacritas*): o termo latino *alacritas* pode ser traduzido por “satisfação” (como o faz Trevizam), mas também o pode ser por “vivacidade”, “ardor” ou “entusiasmo”. Entende-se perfeitamente que Varrão pretende que seus chefes estejam dispostos ao trabalho.

Firmeza (*Firmus*): a tradução de *firmiores* no sentido de “esforço” (como o faz Trevizam) dá a dimensão exata do que apontamos como uma preocupação com a disposição dos escravos para o trabalho. Mas mesmo uma tradução mais literal mantém tal dimensão, pois a “firmeza” aí tem tanto o sentido de robustez, necessária à produção, como de constância no trabalho.

Ligação com a terra (*Coniunctio fundi*): O substantivo *coniunctio* pode dar uma idéia mais específica de ligação com a terra, uma ligação harmoniosa. Isto é, o escravo estaria harmoniosamente ligado à terra, o que está relacionado tanto com a produção (pois em harmonia com a terra, melhor é seu desempenho no trabalho) como com a questão da fidelidade, pois a ligação com a terra impede que o escravo fuja ou se insurja contra seu senhor.

Boa Vontade (*Voluntas*): A tradução por “boa vontade”, assim como outras possíveis (“boa disposição para com alguém” ou “afeição por alguém”) aponta a preocupação com a fidelidade para com o senhor.

Em segundo lugar, entre os escravos em geral:

Aplicação/zelo ao trabalho (*Studiosus ad opus*): A tradução de *studiosus* por “aplicados” (como faz Trevizam) já aponta no sentido de disposição ao trabalho, mas é fundamental, como veremos a seguir, o fato de o termo trazer uma noção de aplicação cuidadosa, zelosa, com o trabalho.

Diligência (*Assidue*): os escravos precisavam trabalhar assiduamente, incessantemente, sem interrupção.

Lealdade ao senhor (*Benevolentia in domino*): a expressão é auto-explicativa – e mesmo que optássemos por uma tradução mais literal de *benevolentia*, como boa vontade, dedicação, ou afeição, a idéia se manteria.

Boa Vontade (*Voluntas*): já discutimos tal termo, que se repete na citação referente a todos os escravos no capítulo 19.

Algo precisa ser destacado neste momento. Um elemento importante presente no texto fica de fora desta tipologia: o interesse em que os escravos se mantenham com mais facilidade (*facilius se tueri*). Voltaremos a ele mais tarde.

Os métodos com que Varrão acredita ser possível despertar tais atitudes na escravaria também podem ser divididos em dois tipos: os gerais, aplicáveis para todos os escravos, e os específicos para os chefes.

Entre os primeiros está a garantia de um pecúlio, invariavelmente na forma de um pequeno rebanho, pois sempre que há referência a pecúlio no texto há referência a um pequeno rebanho (além dos dois trechos citados, o pecúlio aparece associado ao rebanho em uma pequena passagem em 1.2.17). Além do pecúlio, integram este grupo o tratamento generoso com relação aos alimentos, com a vestimenta e descanso.

Já no segundo grupo encontramos o consentimento em que tenham esposas e filhos e o tratamento com dignidade (*honor*). Existe um tratamento que poderíamos chamar de intermediário entre aquele geral para a escravaria e este distinto para os chefes, dispensado àqueles trabalhadores que se destacam dos demais no trabalho agrícola. A estes homens dever-se-ia perguntar sobre estes trabalhos a fim de que pensem que são tratados com menos desprezo (*minus se putant despici*) e com alguma estima pelo senhor (*aliquo numero haberi a domino*). Percebemos assim, uma hierarquização dos trabalhadores na visão de Varrão. No topo estão os chefes (*praefectus*), que devem ser tratados com dignidade e com todos os tipos de recompensa (*praemium*); a seguir vêm aqueles que se destacam no trabalho, a quem se deveria dedicar um tratamento que aparentasse menor desprezo e alguma estima; por fim, vem o resto da escravaria, que por contraste podemos imaginar sendo tratados sem qualquer dignidade ou estima, com todo desprezo. Porém, mesmo para estes haveria alguns incentivos que visassem o estímulo à disposição e zelo no trabalho, assim como a lealdade para com o senhor.

Para entendermos melhor essa preocupação com o estímulo de um trabalho zeloso e da preocupação com a lealdade dos escravos, levaremos em consideração uma discussão mais teórica e comparativa entre escravidão antiga e moderna. Stefano Fenoaltea (1984) desenvolveu um interessante modelo sobre as formas de gestão da mão-de-obra escrava segundo princípios econômicos.

Obviamente poder-se-ia criticar uma abordagem estritamente econômica da escravidão, principalmente no caso da escravidão antiga, pois, como já apontou Moses Finley (1981, p. 19-27), não havia entre os antigos o desenvolvimento de uma mentalidade puramente econômica ou de uma ciência econômica, e, portanto, os senhores de escravos da Antiguidade não desenvolveram princípios econômicos de gestão da escravaria. Mas por outro lado, é inegável que os escravos – principalmente os envolvidos em atividades produtivas, como os escravos rurais em sua maioria – eram, para seus senhores, uma fonte de trabalho que deveria ser aproveitada ao máximo e, desta forma, contingências econômicas influíam, consciente ou inconscientemente, nas percepções destes senhores de como utilizar a mão-de-obra escrava. A partir disto acreditamos que o modelo de Fenoaltea, com certos reparos, pode ser útil em nossa análise.

Fenoaltea parte de duas premissas: a) a existência de dois tipos de “incentivos” ao trabalho – o “incentivo” pelo castigo e o “incentivo” pelas recompensas; b) a existência de dois tipos de atividades produtivas – as de “esforço” intenso e as de “cuidado” intenso, sendo a divisão entre elas gradativa.

Para Fenoaltea, quanto maior a ansiedade, a tensão e o medo gerados pela supervisão do trabalho, maior será o esforço empregado por um trabalhador. Isto até que se atinja um “ponto ótimo”, no qual o esforço resulta na maior produtividade possível – a partir deste ponto, uma maior tensão gerada pela supervisão resultará em uma produtividade menor. Porém, este “ponto ótimo” varia de atividade para atividade. Quanto menores os níveis de especialização técnica, cuidado e criatividade a execução de uma atividade exigir, mais alto será o nível de tensão possível para estimular a produtividade antes que se atinja o tal “ponto máximo”. Desta forma, para uma atividade simples, de “esforço intenso”, a supervisão baseada no castigo, na produção de ansiedade e tensão no trabalhador é a mais eficiente (FENOALTEA, 1984, p. 636-638).

Porém, quanto maiores os níveis de especialização técnica, cuidado e criatividade forem necessárias para uma atividade, menos eficiente será uma supervisão baseada no castigo. E isto não se dá apenas pela rápida “saturação” da produtividade pela imputação de ansiedade e tensão aos trabalhadores nessas atividades, mas também pela questão da possibilidade de sabotagem. Isto é, os “incentivos” por castigos geram entre os trabalhadores uma revolta frente seus senhores, o que poderá os levar a tentativas de sabotagem. Para evitar isso se faz

necessária uma supervisão intensa. Porém, como quanto mais técnica for uma atividade, maiores serão as chances de sabotagem, para atividades de “cuidado” intenso far-se-ia necessária uma supervisão extremamente numerosa, o que a tornaria tremendamente dispendiosa (FENOALTEA, 1984, p. 639-640).

Sendo contraproducente, portanto, a obrigação ao trabalho através dos castigos, a utilização de outras formas de incentivo – através de recompensas – se faz necessária para atividades de “cuidado” intenso.

A partir do modelo de Fenoaltea, entendemos melhor a presença da preocupação de Varrão com o zelo no trabalho (*studiosus ad opus*) relacionada com a garantia de um tratamento mais generoso (*liberalis*). Varrão precisa garantir eficiência em uma atividade de “cuidado” intenso, o cultivo de videiras e oliveiras ou a criação de animais, e o faz a partir de estímulos por recompensas, a maneira mais eficiente de se estimular a produção nesse tipo de atividade.

As formas de uso dessa estratégia – o uso de incentivos por recompensas para estimular a eficiência em uma atividade de “cuidado” intenso – em Varrão relacionam-se com aquela hierarquia que identificamos acima. Reserva-se aos chefes a obtenção das melhores formas de incentivo pretendendo-se que eles fiquem satisfeitos (*alacriores*). O termo contrasta bastante com os utilizados por Varrão ao falar dos demais escravos, que deveriam apenas ser leais ao senhor (*benevolentia in domino*) e aplicados ao trabalho (*studiosus ad opus*). Isto também é explicável a partir do modelo de Fenoaltea, pois os chefes desempenham uma atividade de maior intensidade de “cuidado” que seus subordinados: a própria supervisão destes.

Passando para o segundo ponto de preocupação nas exposições varronianas em análise, isto é, a necessidade de conquista dos sentimentos de ligação à terra (*coniunctio fundi*), boa vontade (*uoluntate*) e fidelidade ao senhor (*benevolentia in domino*), ainda podemos operar dentro do modelo de Fenoaltea. Como este aponta, em atividades de “cuidado” intenso, que normalmente envolvem um investimento de capital maior, as chances de sabotagem pelos trabalhadores não só são maiores como também potencialmente geram maiores prejuízos e, sendo assim, faz-se necessário criar entre os trabalhadores um sentimento de lealdade para com o senhor. Isto porque a tentativa de impedir tais sabotagens apenas através da supervisão demandaria uma intensificação da supervisão presente em cada momento da atividade produtiva, o que geraria gastos proibitivos. A saída para os senhores seria, portanto, fazer com que cada

escravo se tornasse “supervisor” de si mesmo, o que só pode ser feito pela criação de um sentimento de lealdade para com o senhor.

Deve-se ter muito cuidado, todavia, com esta idéia de escravos “leais”. Como argumenta Keith Bradley, o “escravo leal” é uma construção ideológica dos proprietários de escravos como resposta à situação de tensão constante (mesmo que, muitas vezes, em um nível apenas latente) existente entre escravos e seus senhores. A “lealdade (*fides*) e obediência (*obsequium*)” dos escravos eram qualidades muito mais desejadas do que esperadas pelos senhores (BRADLEY, 1987, p. 33). Ademais, o desejo por lealdade e obediência dos escravos por parte dos senhores fazia parte de um contexto ideológico maior: um sistema de valores patriarcal e aristocrático. Lealdade e obediência eram atitudes esperadas pelos grupos que se colocavam como superiores na sociedade (BRADLEY, 1987, p. 37). A reação dos escravos a esta construção ideológica da elite, ainda segundo Bradley (a partir da análise de passagens de Plauto), foi a aceitação parcial destes valores para evitar punições ou o uso de tal ideologia para conseguir recompensas (BRADLEY, 1987, p. 39).

Desta forma, quando falamos em o próprio escravo ser supervisor de si mesmo, não pretendemos afirmar que o escravo aderiu à ideologia senhorial devido aos “incentivos” por recompensa, tornando-se leal ao senhor, e que, por isso, a atividade de “cuidado” intenso se tornava eficiente. Acreditamos que os escravos viam nas oportunidades abertas pela necessidade de trabalho com “cuidado” intenso uma possibilidade de “negociação” pela melhoria de suas condições de vida, e era por meio dessa negociação que a eficiência da produção era construída (REIS; SILVA, 1989, p. 13-14; 18-19). Porém, para entendermos o caráter desse tipo de “negociação”, é fundamental não nos esquecermos da assimetria de forças entre senhores e escravos. Estes negociavam a partir de sua posição subalterna, enquanto aqueles possuíam melhores meios de impor seus interesses em tais “negociações”. Emília Viotti da Costa, ao analisar as queixas de escravos a missionários em Demerara, faz uma observação fundamental para esse tipo de abordagem das relações escravistas:

Uma leitura acurada das queixas dos escravos não só revela as noções que eles tinham de seus “direitos”, como também o mundo que desejavam criar dentro dos limites que lhes eram impostos pelos senhores. Mas é importante lembrar que tais queixas envolviam negociações com os

senhores e as autoridades públicas e, portanto, a busca de um terreno comum, uma espécie de solução conciliatória. Os queixosos invocavam normas que imaginavam pudessem ser consideradas aceitáveis por brancos em posição de autoridade (COSTA, 1998, p. 99).

Os escravos estão em uma situação desprivilegiada, assimétrica em relação ao senhor. Se se faz necessário certo tipo de “negociação” entre senhor e escravo, pelo caráter de “cuidado” intenso das atividades que esses escravos iriam realizar, sempre deve se levar em conta, para a análise dessas “negociações”, a situação privilegiada que desfrutam os senhores.

Os trechos do tratado de Varrão citados anteriormente (1.17.5-7, 1.19.3 e 2.10.6) são perfeitamente compatíveis com a leitura que fizemos do modelo de Fenoaltea, apresentando uma preocupação marcante com a aplicação e zelo ao trabalho, com a lealdade dos escravos, ao mesmo tempo que aconselha incentivos por recompensa. Isto acontece porque as produções que aparecem como centrais no tratado, os cultivos de vinhedos e oliveiras e a criação de animais, são atividades de “cuidado” intenso. Os custos de tais “incentivos” por recompensa não são contrabalançados apenas pela produtividade que eles possibilitam. A diminuição dos custos de supervisão e de manutenção dos escravos também é interessante para o senhor. E isto pode ser percebido no texto varroniano: o interesse em que os escravos se mantenham com maior facilidade (*facilius se tueri*) – presente textualmente em 1.19.3 e no conselho de mandar uma mulher para acompanhar o pastor que trabalha longe da *villa* para que possa lhe preparar alimentos em 1.20.6 – demonstra a preocupação do senhor em garantir formas alternativas de manutenção desses escravos às suas custas.

Obviamente, não são apenas disposições econômicas que fazem Varrão acreditar que tais atitudes devem ser estimuladas entre os escravos. Como já apontamos, Bradley afirma que a ideologia senhorial acerca do “escravo fiel” faz parte de um contexto ideológico patriarcal e aristocrático da elite romana. Ademais, não faria sentido uma análise que tentasse “provar” a determinação das necessidades econômicas em detrimento das predisposições ideológicas (ou vice-versa) sobre as considerações varronianas, até porque não há qualquer contradição entre os interesses econômicos dos senhores de escravos e a ideologia patriarcal da elite romana, pelo contrário, há total convergência.

CONCLUSÃO

A partir de uma análise do texto varroniano com a preocupação em identificar preocupações centrais e inseri-las no contexto das transformações econômicas e culturais e dos impactos causados pelas grandes rebeliões servis, acreditamos ter identificado elementos fundamentais para a tentativa de entendimento da escravidão rural romana deste período. Varrão, em nossa opinião, exemplifica um processo de construção de estratégias de controle e exploração da força de trabalho rural em um momento histórico de grandes transformações.

Por fim, gostaríamos de sublinhar a importância que, acreditamos, deve ser conferida aos estudos sobre as grandes rebeliões servis. Esta importância pode ser atestada a partir de um simples exercício de “história comparada intuitiva”: se após os grandes episódios de resistência escrava na América assistiu-se a reformulações das práticas e ideologias escravistas,² que tipo de mudanças poderiam ter ocorrido nas práticas e ideologias escravistas romanas após as grandes guerras servis? Zvi Yavetz (1988, p. 9) já criticou o fato de que tais rebeliões não são levadas a sério como fatores de transformação da história romana, sendo vistas como eventos marginais. A maior parte do pouco que se fez no sentido de pensar tais rebeliões como eventos centrais na história romana centrou-se na tentativa de alguns autores, de inspiração stalinista, em apontar a revolta de Espártaco como a revolução que marcaria a crise do escravismo e o início da transição para o feudalismo – teoria já suficientemente desqualificada pelo fato de tal revolta ter se verificado séculos antes do início da crise do escravismo antigo, qualquer que seja, em meio às diferentes concepções correntes, a data que se utilize para marcar o início de tal crise (YAVETZ, 1988, p. 127-128; ARAÚJO, 1999, p. 233-243).

Esta pequena contribuição não pretende “provar” a centralidade destas rebeliões para a história romana. Também não “provará” a existência de transformações nas ideologias e práticas escravistas romanas nem que estas foram causadas pelas grandes rebeliões servis. Mas pretende mostrar um caminho profícuo para pesquisas neste sentido, isto é, pretende servir como um ponto de partida para pesquisas futuras que busquem entender o impacto das rebeliões servis na sociedade romana, ressaltando com isso a importância do uso da história comparada entre a escravidão antiga e a escravidão moderna.

² Como exemplos, ver as repercussões da repressão ao quilombo dos Palmares (LARA, 1996, p. 83-88) ou da Revolta dos Malês (REIS, 2003, p. 509-511; 525-236).

RURAL SLAVERY IN THE LATE ROMAN REPUBLIC. THE VARRO'S *DE RE RUSTICA*

ABSTRACT

Two main concerns can be seen on Marcus Terentius Varro's considerations about workers made on De Re Rustica: the importance of slaves' chiefs' authority and the importance that the master encourage some kind of behavior from his slaves that would give him some benefits. We intend to analyze these concerns by their historical contextualization, but also using comparative history between roman slavery and modern slavery (Brazilian slavery, specially).

KEY-WORDS: *Marcus Terentius Varro. Roman Slavery. Rural Slavery. Slavery Control.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EDIÇÕES DA FONTE

CATO; VARRO. **On Agriculture; On Agriculture.** With an English translation of W. D. Hooper and Introduction and notes of Harrison Boyd Ash. Harvard: Harvard University Press, 1935. [Loeb Classical Library]

TREVIZAM, M. (Tradutor). Tradução do *De Re Rustica* I. In: _____. **Linguagem e interpretação na literatura agrária latina.** 2006 (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006. p. 401-450.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, S. R. Rebel de. **A visão dos letrados sobre as rebeliões de escravos no mundo romano:** uma abordagem semiótica de fontes literárias. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.

BRADLEY, K. **Slaves and Masters at the Roman Empire.** A Study of Social Control. Oxford: Oxford University Press, 1987.

COSTA, E. V. da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue:** a rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

FENOALTEA, S. Slavery and Supervision in Comparative Perspective: A Model. **The Journal of Economic History**, v. 44, n. 3, 1984.

FINLEY, M. I. **A economia antiga.** Porto: Afrontamento, 1981.

- _____. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- GAZZOLA, R. **O ofício do filósofo estóico**. O duplo registro do discurso da Stoa. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- HOPKINS, K. **Conquerors and Slaves**. Sociological Studies in Roman History, v. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- LARA, S. H. **Campos da violência**. Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MAROTI, E. The Vilicus and the Villa-System. **Oikumene**, v. 1, 1976.
- MARTIN, René. *Familia Rustica*: les esclaves chez les agronomes latins. **Actes du Colloque 1972 sur l'esclavage**. Annales littéraires de l'Université de Besançon. Paris: Les Belles Lettres, 1974.
- REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- REIS, J. J.; SILVA, E. **Negociação e conflito**. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- TOZZI, G. **Economistas griegos y romanos**. México: Fondo de Cultura Economica, 1968.
- WALLACE-HADRILL, A. *Mutatio Morum*: The Idea of a Cultural Revolution. In: HABINEK, T.; SCHIESARO, A. **The Roman Cultural Revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- YAVETZ, Z. **Slaves and Slavery in Ancient Rome**. New Brunswick; London: Transaction Publishers, 1988.